



**Real Transporte e Turismo S.A. – “Em
Recuperação Judicial”**

CNPJ 92.016.484/0001-85

Caçador - SC

**Demonstrações Financeiras do Exercício
Findo em 31 de Dezembro de 2022**



REAL TRANSPORTE E TURISMO S.A.

EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ 92.016.484/0001-85

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhoras e Senhores Acionistas,

A Diretoria da REAL TRANSPORTE E TURISMO S.A.- EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta a seguir, as respectivas demonstrações financeiras e patrimoniais, parecer dos Auditores Independentes, do exercício de 2022, objetivando divulgar o desempenho da companhia para a sociedade, parceiros, investidores e usuários.

Considerações Finais

Em 02 de maio de 2016, a própria companhia e, também, as companhias controladoras **Reunidas S.A. Transportes Coletivos – Em Recuperação Judicial e Reunidas Transportadora Rodoviária de Cargas S.A.- Em Recuperação Judicial**, protocolaram o pedido de Recuperação Judicial, o qual teve o deferimento exarado em 09 de maio de 2016, seguindo o processo os trâmites previstos em lei.

Como parte constante das ações de recuperação judicial, em 05/12/17 foi realizada a assembleia geral de credores (AGC), mediante a qual os credores, por esmagadora maioria, aprovaram o plano de recuperação proposto pelas companhias.

Por conta da aprovação do plano de recuperação pela assembleia de credores (AGC) o MM. Juiz da Recuperação Judicial concedeu a recuperação judicial em 18/12/2017, decisão contra a qual não foram interpostos recursos.

Caçador, 10 de Março de 2.023.

LYCURGO FAORO COELHO DE SOUZA:34775579991
Assinado de forma digital por LYCURGO FAORO COELHO DE SOUZA:34775579991
Dados: 2023.04.04 08:47:33 -03'00'

Lycurgo Faoro Coelho de Souza
Diretor Presidente

MARCELO CHIARELLO:60263628949
Assinado de forma digital por MARCELO CHIARELLO:60263628949
Dados: 2023.04.04 08:48:40 -03'00'

Marcelo Chiarello
Diretor Vice-Presidente



Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos

Diretores e Acionistas da

Real Transporte e Turismo S.A. - “Em Recuperação Judicial”

Caçador – SC

Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da **Real Transporte e Turismo S.A. - “Em Recuperação Judicial”** (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos decorrentes do mencionado na seção “Base para Opinião com Ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Real Transporte e Turismo S.A. - “Em Recuperação Judicial”** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião com Ressalva

Recuperação Judicial

Conforme descrito na nota explicativa “1”, a Companhia e suas controladoras **Reunidas S.A. Transportes Coletivos – “Em Recuperação Judicial”** e **Reunidas Transportadora de Cargas S.A. – “Em Recuperação Judicial”**, ajuizaram pedido de recuperação judicial, nos termos da Lei nº 11.101/05, em 02 de maio de 2016, e tiveram o deferimento em 09 de maio de 2016.

O plano de recuperação judicial foi apresentado na Assembleia realizada em 05 de dezembro de 2017, sendo aprovado pelos credores nessa data, e homologado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina em 18 de dezembro de 2017.

A Companhia não mensurou, até a presente data, todos os possíveis efeitos relativos ao plano de recuperação judicial sobre essas demonstrações financeiras.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.



Incerteza Relevante

Sem ressaltar nossa opinião, a Companhia apresenta em 31 de dezembro de 2022 passivo circulante e não circulante no montante de R\$ 340.822 Mil em contraposição ao ativo circulante e realizável a longo prazo no montante de R\$ 3.112 Mil, gerando passivos superiores em R\$ 337.710 Mil, sendo necessário para continuidade normal das suas operações, a equalização da situação patrimonial e financeira, bem como ao cumprimento do plano de recuperação judicial mencionado na nota explicativa "1". As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das operações.

Ênfase

Coisa Julgada em Matéria Tributária

Sem ressaltar nossa opinião, conforme Ofício-Circular Nº 1/2023/CVM/SNC/SEP de 13 de fevereiro de 2023, em face da decisão do STF sobre coisa julgada em matéria tributária, que considerou que uma decisão definitiva, a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Sendo assim, os assessores jurídicos da Companhia estão analisando os processos judiciais já transitados em julgado e seus impactos perante as decisões do STF sobre tais questões.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 10 de março de 2023.

MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC-PR Nº 6.472/O-1-S/SC

ELIANE SCOTO DE FREITAS

Contadora CRC-PR Nº 038.367/O-9-S/SC



Real Transporte e Turismo S.A. - "Em Recuperação Judicial"

Caçador - SC

Balanco Patrimonial

Ativo

		Em Milhares de Reais	
		31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Circulante	Nota	745	653
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	270	214
Contas a Receber de Clientes	6	203	154
Adiantamentos a Funcionários e Fornecedores	7	162	155
Tributos a Recuperar	8	29	34
Estoques		8	18
Outros Direitos Realizáveis		73	78
Não Circulante		480.291	378.032
Direitos Realizáveis		2.367	1.226
Cauções e Depósitos	9	1.076	1.226
Partes Relacionadas	19	1.291	-
Investimentos	10	426.796	325.358
Imobilizado	11	51.099	51.419
Intangível	12	29	29
Total do Ativo		481.036	378.685

Passivo e Patrimônio Líquido

		Em Milhares de Reais	
		31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Circulante	Nota	63.372	66.922
Fornecedores	13	399	372
Obrigações Sociais e Trabalhistas	14	12.818	11.439
Obrigações Fiscais e Tributárias	15	12.964	18.381
Provisão p/Férias e Encargos		334	342
Parcelamentos de Tributos	16	35.973	35.567
Obrigações Vinculadas a Recuperação Judicial		353	471
Outras Obrigações		531	350
Não Circulante		277.450	237.583
Parcelamentos de Tributos	16	10.140	1.268
Provisão p/ Contingências	17	6.876	7.676
Partes Relacionadas	19	-	3.068
Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	10	137.010	137.010
IR e CS Passivo Diferido	18	123.424	88.561
Patrimônio Líquido	20	140.214	74.180
Capital Social		17.097	17.097
Reservas de Lucros		121.720	55.686
Ajustes de Avaliação Patrimonial		1.397	1.397
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		481.036	378.685



Real Transporte e Turismo S.A. - "Em Recuperação Judicial"

Caçador - SC

Demonstração do Resultado

	Nota	Em Milhares de Reais	
		Períodos	
		01/jan./22 a 31/dez./22	01/jan./21 a 31/dez./21
Receita Operacional Líquida	21	9.118	6.141
Custos		(4.467)	(4.151)
Lucro Bruto		4.651	1.990
(Despesas)/Receitas Operacionais		100.647	53.794
Despesas Gerais e Administrativas		(1.327)	(1.195)
Despesas c/ Vendas		(1.257)	(1.358)
Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos	23	103.231	56.347
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras		105.298	55.784
Receitas Financeiras	22	92	1.183
Despesas Financeiras	22	(4.493)	(2.025)
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		100.897	54.942
IR e CS Diferidos	18	(34.863)	(29.835)
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Exercício		66.034	25.107

Demonstração do Resultado Abrangente

	Em Milhares de Reais	
	Períodos	
	01/jan./22 a 31/dez./22	01/jan./21 a 31/dez./21
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Exercício	66.034	25.107
Movimentação do Exercício	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	66.034	25.107



Real Transporte e Turismo S.A. - "Em Recuperação Judicial"

Caçador - SC

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em Milhares de Reais

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Totais
		Reserva Legal	Reservas de Lucros a Disposição dos Acionistas			
Saldos Iniciais em 01 de Janeiro de 2021	17.097	534	29.590	1.852	0	49.073
Realização do Custo Atribuído Imobilizado				(455)	455	0
Lucro Líquido do Exercício					25.107	25.107
Destinações Propostas no Exercício: - Constituição/(Reversão) de Reservas			25.562		(25.562)	0
Saldos finais em 31 de dezembro de 2021	17.097	534	55.152	1.397	0	74.180
Lucro Líquido do Exercício					66.034	66.034
Destinações Propostas no Exercício: - Constituição/(Reversão) de Reservas		2.885	63.149		(66.034)	0
Saldos finais em 31 de dezembro de 2022	17.097	3.419	118.301	1.397	0	140.214



Real Transporte e Turismo S.A. - "Em Recuperação Judicial"

Caçador - SC

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto)

	Em Milhares de Reais	
	Períodos	
	01/jan./22 a 31/dez./22	01/jan./21 a 31/dez./21
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultado antes do IR e da CS	100.897	54.942
Ajustado por:		
Ajustes ao Valor Justo - Propriedades para Investimento	(107.827)	(76.899)
Alienação do Imobilizado	12	335
Alienação de Investimentos	6.389	21.719
Depreciação/Amortização	353	417
Provisão p/ Férias e Encargos	(8)	(85)
Provisão p/ Contingências	(800)	(769)
Atualizações de Direitos/Obrigações	4.109	1.656
Resultado Ajustado	<u>3.125</u>	<u>1.316</u>
(Aumento)/Redução dos Ativos:		
Contas a Receber de Clientes	(49)	(87)
Tributos a Recuperar	5	129
Estoques	10	60
Outros Direitos Realizáveis	5	(12)
Aumento/(Redução) dos Passivos:		
Fornecedores	27	184
Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.379	693
Obrigações Fiscais e Tributárias	(7.543)	128
Parcelamentos de Tributos	7.295	(609)
Obrigações Vinculadas a Recuperação Judicial	(118)	(62)
Outras Obrigações	<u>181</u>	<u>90</u>
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	4.317	1.830
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Aplicações no Imobilizado	(45)	(39)
Adiantamentos a Funcionários e Fornecedores	(7)	25
Cauções e Depósitos	150	(28)
Partes Relacionadas - Ativo	<u>(3.212)</u>	<u>257</u>
Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado) das Atividades de Investimento	(3.114)	215
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Partes Relacionadas - Passivo	(1.147)	1.648
Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	-	(3.656)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento	<u>(1.147)</u>	<u>(2.008)</u>
Aumento Líquido/(Diminuição) de Caixa de Equivalentes de Caixa	<u>56</u>	<u>37</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	214	177
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	270	214



Real Transporte e Turismo S.A. – “Em Recuperação Judicial”

CNPJ 92.016.484/0001-85

Caçador - SC

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2022

(Valores em Milhares de Reais)

Nota 1. Informações Gerais

A Companhia iniciou suas atividades em 26 de janeiro de 1970, e tem por objeto social o transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, exceto regiões metropolitanas.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 10 de março de 2023.

Recuperação Judicial

Em 02 de maio de 2016, a companhia, e também as companhias controladoras **Reunidas S.A. Transportes Coletivos – “Em Recuperação Judicial”** e **Reunidas Transportadora de Cargas S.A. – “Em Recuperação Judicial”**, ajuizaram o pedido de recuperação judicial nos termos da Lei nº 11.101/05.

O pedido de recuperação judicial decorre do aprofundamento da crise nacional com impacto direto na operação de transporte terrestre de passageiros e cargas, bem como do agravamento do endividamento do Grupo Reunidas.

A medida objetiva a recuperação da companhia através da reestruturação do seu passivo financeiro, a fim de viabilizar a superação de sua crise econômico-financeira, com a consequente preservação do negócio, dos empregos a ele associados, devolvendo a sociedade e aos seus credores, através de sua continuidade, os benefícios obtidos com a eventual aprovação do plano.

Em 09 de maio de 2016 foi proferida decisão deferindo, nos termos da Lei nº 11.101/15, o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela companhia, nomeando, como administrador judicial, o Sr. Luiz W. Jung, da Moore Stephen Auditores e Consultores.

O plano de recuperação judicial foi apresentado na Assembleia realizada em 05 de dezembro de 2017, sendo aprovado pelos credores nessa data, e homologado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina em 18 de dezembro de 2017.



Reestruturação

A Companhia vem desenvolvendo uma série de ações com o intuito de viabilizar a operação, dentre as quais merecem destaque:

- Profissionalização da companhia com a entrada de novos responsáveis pelas áreas de operações e financeiras;
- Revisão do modelo de negócios, com reestruturação da companhia, readequação da política salarial com reorganização de cargos e salários;
- Reavaliação de custos com fornecedores e parceiros;
- Otimização e reavaliação de linhas deficitárias;
- Desmobilização de ativos; e
- Revisão de processos nas áreas administrativas e operacionais.

Nota 2. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo.

2.1 Base de Preparação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa "3".

2.2 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 (noventa) dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.



2.3 Instrumentos Financeiros

2.3.1 Classificação

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias:

a) Ativos Financeiros

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

No caso da Companhia, nessa categoria estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros não derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas “Receitas Financeiras e Despesas Financeiras”.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui Caixas e Equivalentes de Caixa (nota explicativa “5”), nessa classificação.

b) Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía ativos financeiros registrados nas demonstrações financeiras sob essa classificação.

c) Empréstimos e Recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui Contas a Receber de Clientes (nota explicativa “6”), nessa classificação.

d) Passivos Financeiros

A Companhia não mantém nem emite derivativos para fins especulativos, tampouco possui passivos detidos para negociação, nem designou quaisquer passivos financeiros.

e) Outros Passivos Financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2022, no caso da Companhia, compreendem saldos a pagar a fornecedores (nota explicativa “13”).



2.3.2 Reconhecimento e Mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo custo histórico, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros são, subsequentemente, contabilizados pelo custo histórico. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado em "Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos" no período em que ocorrem.

2.3.3 Compensação de Instrumentos Financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4 Contas a Receber de Clientes e Créditos de Liquidação Duvidosa

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para devedores duvidosos "PCLD" (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária conforme os valores demonstrados na nota explicativa "6".

A provisão constituída está composta por títulos vencidos há mais de 180 dias, baixados em virtude do não recebimento e pela reversão decorrente do recebimento de títulos anteriormente provisionados. A despesa com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica "Reversão de Perdas de Títulos Incobráveis" na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação de numerário adicional, os valores creditados na rubrica "Provisão para créditos de liquidação duvidosa" são em geral revertidos contra a baixa definitiva do título. A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento conforme demonstrado no quadro de saldos a receber por idade de vencimento.

A provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia, para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos a receber.



2.5 Estoques

Os estoques estão registrados pelo custo médio histórico, ajustados ao valor realizável líquido, quando este for menor que o custo.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado, no curso normal dos negócios, deduzidos os custos históricos e conversão bem como custos para colocar os estoques em sua localização e condição atual.

2.6 Investimentos

Os adiantamentos para futuro aumento de capital, face à intenção da Companhia, são classificados em Investimentos e mensurados ao custo de aquisição.

Os imóveis destinados a valorização de capital e/ou locação são classificados como Propriedades para Investimentos, sendo mensuradas e avaliadas pelo valor justo, conforme laudos de avaliadores independentes.

Os demais investimentos são avaliados pelo método de custo e submetidos ao teste de recuperabilidade, sendo reduzidos ao valor recuperável quando aplicável.

Os investimentos estão apresentados na nota explicativa "10".

2.7 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens.

A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, conforme as taxas descritas na nota explicativa "11".

Os ganhos e as perdas de alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos em "Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos", na demonstração do resultado.



2.8 Intangível

Está composto de direitos de uso, ajustado por amortizações acumuladas, conforme demonstrado na nota explicativa “12”.

2.9 Contas a Pagar aos Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até as datas dos balanços, conforme disposto na nota explicativa “13”.

2.10 Empréstimos e Financiamentos (Instituições Financeiras)

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.11 Partes Relacionadas

Consistem na transferência de recursos, serviços ou obrigações entre as partes relacionadas. A Companhia possui operações financeiras e comerciais junto a partes relacionadas, nas quais são observadas as condições equânimes de mercado, conforme demonstrado na nota explicativa “19”.

2.12 Demais Ativos e Passivos

Os demais ativos e passivos circulantes são demonstrados aos valores conhecidos ou calculáveis, quando aplicável, atualização em base “pro-rata die”.



2.13 Provisões

As provisões de ações judiciais (trabalhista, civil e tributário) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa "17".

2.14 Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes é calculada com base nas Leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, para imposto de renda e contribuição social. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social passivo diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, incidentes sobre os ajustes ao valor das propriedades para investimentos e/ou incidentes sobre os ajustes de avaliação patrimonial do custo atribuído. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.



O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributaria ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

Os tributos diferidos estão apresentados na nota explicativa “18”.

2.15 Apuração do Resultado e Reconhecimento da Receita

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, sendo a receita de venda reconhecida no resultado do exercício quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para os clientes.

A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de bens e serviços no curso normal das atividades da Companhia.

2.16 Regime de Tributação da Companhia

A Companhia é tributada com base no Lucro Real.

2.17 Normas, Alterações e Interpretações de Normas

O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores.

Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminou a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, passando a existir um único modelo nos quais todos os arrendamentos mercantis resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, sem a exigência de reapresentação dos saldos de anos anteriores.

De acordo com a avaliação da Administração, essa norma não trouxe impacto significativo.

Não há outras normas IFRS ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.



Nota 3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e Premissas Contábeis Críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

As premissas e estimativas significativas para demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir:

Reconhecimento de Receita

A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de bens e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e abatimentos.

Imposto de Renda, Contribuição Social e outros Impostos

A Companhia reconhece ativos e passivos com base na diferença entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor.

Provisões para riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

Nota 4. Gestão de Risco Financeiro

4.1 Considerações Gerais e Políticas

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de moeda e de taxa de juros, bem como de manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento. São contratadas aplicações financeiras. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras.



Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da Companhia, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração. A Política de Aplicações Financeiras estabelecida pela Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

4.2 Fatores de Riscos Financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela administração da Companhia. A administração identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Companhia, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Risco de Mercado

Risco Cambial

A Companhia não apresenta ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, tão logo não está exposta ao risco cambial.

Risco de Crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de créditos a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela diretoria executiva. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas unidades operacionais da Companhia e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito.



Nota 5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Caixa Matriz e Filiais	256	184
Bancos Conta Movimento	14	30
	<u>270</u>	<u>214</u>

Nota 6. Contas a Receber de Clientes

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Duplicatas a Receber	8	7
Cartão de Crédito	195	147
	<u>203</u>	<u>154</u>

Nota 7. Adiantamentos a Funcionários e Fornecedores

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Adiantamentos a Funcionários	162	9
Adiantamentos a Fornecedores	-	146
	<u>162</u>	<u>155</u>

Nota 8. Tributos a Recuperar

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
IRRF Sobre Serviços Prestados	1	-
IRRF Sobre Mútuo	28	34
	<u>29</u>	<u>34</u>

Nota 9. Cauções e Depósitos

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Causas Trabalhistas	658	636
Bloqueio Judicial	418	590
	<u>1.076</u>	<u>1.226</u>



Nota 10. Investimentos e Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Propriedades para Investimentos	426.775	325.337
Participações em Outras Empresas	3	3
Incentivos Fiscais	18	18
	<u>426.796</u>	<u>325.358</u>

Propriedades p/Investimentos

A partir de 01 de janeiro de 2011, a Companhia reclassificou R\$ 1.601, da conta Ativos não Circulante mantidos para venda e R\$ 303, da conta Imobilizado para a conta de Propriedades para Investimentos em função da efetiva intenção da administração, passando a adotar o método do valor justo para sua avaliação anual.

Para a adoção do método do valor justo disposto no NBC TG 28 – Propriedade para Investimentos, a Companhia contratou especialistas, que emitiram laudo em 31 de dezembro de 2021 e 2022. A composição dos saldos está assim demonstrada:

	Prédios e Benfeitorias	Terrenos	Totais
<u>Saldos Iniciais em 01 de janeiro de 2021</u>	<u>9.634</u>	<u>260.523</u>	<u>270.157</u>
Baixas	(1.901)	(19.818)	(21.719)
Adições	-	-	-
Ajuste ao Valor Justo, líquido	444	76.455	76.899
<u>Saldos finais em 31 de dezembro de 2021</u>	<u>8.177</u>	<u>317.160</u>	<u>325.337</u>
Baixas	-	(6.389)	(6.389)
Adições	-	-	-
Ajuste ao Valor Justo, líquido	1.400	106.427	107.827
<u>Saldos finais em 31 de dezembro de 2022</u>	<u>9.577</u>	<u>417.198</u>	<u>426.775</u>

O valor do ajuste ao valor justo foi reconhecido no resultado da Companhia, na conta de “Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos, sendo reconhecido o IR e CS Passivo Diferido.

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

	31 de Dezembro 2022	31 de Dezembro 2021
<u>Passivo</u>		
Reunidas Coletivos	37.004	37.004
Reunidas Transportes S.A.	36.502	36.502
Reunidas Cargas	63.504	63.504
	<u>137.010</u>	<u>137.010</u>



Nota 11. Imobilizado

A composição dos saldos está assim demonstrada:

Imobilizado	Taxa (%) Depreciação	31 de dezembro de 2022			31 de dezembro de 2021		
		Custo Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Residual	Custo Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Residual
Terrenos	-	36.231	-	36.231	36.231	-	36.231
Edificações	5%	12.576	(1.535)	11.041	12.545	(1.219)	11.326
Móveis e Utensílios	10%	118	(92)	26	117	(90)	27
Máquinas e Equipamentos	10%	113	(107)	6	116	(108)	8
Software	20%	4	(4)	-	4	(4)	-
Veículos	20%	17.334	(13.575)	3.759	17.334	(13.561)	3.773
Equip. de Informática	20%	224	(188)	36	229	(175)	54
		<u>66.600</u>	<u>(15.501)</u>	<u>51.099</u>	<u>66.576</u>	<u>(15.157)</u>	<u>51.419</u>

A seguir está demonstrada a movimentação ocorrida no imobilizado da Companhia no período de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022:

Imobilizado	31 de dezembro de 2021			31 de dezembro de 2022		
	Aquisições	Baixas	Depreciação	Aquisições	Baixas	Depreciação
Terrenos	-	-	-	-	-	-
Edificações	37	(6)	(316)	37	(6)	(316)
Móveis e Utensílios	4	-	(5)	4	-	(5)
Máquinas e Equipamentos	-	-	(2)	-	-	(2)
Veículos	-	-	(14)	-	-	(14)
Equip. de Informática	4	(6)	(16)	4	(6)	(16)
	<u>45</u>	<u>(12)</u>	<u>(353)</u>	<u>45</u>	<u>(12)</u>	<u>(353)</u>

Nota 12. Intangível

Intangível	31 de Dezembro de 2022			31 de Dezembro de 2021		
	Custo Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Residual	Custo Aquisição	Amortização Acumulada	Valor Residual
Direitos de Uso	29	-	29	29	-	29

Nota 13. Fornecedores

A Companhia possui títulos de fornecedores registrados no passivo circulante (com prazo de vencimento em até 12 meses), representando R\$ 399, em 31 de dezembro 2022 (R\$ 372, em 31 de dezembro de 2021).



Nota 14. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Salários a Pagar	77	66
Pensão Alimentícia	2	2
INSS a Recolher	12.554	11.182
FGTS a Recolher	37	41
Contribuição Sindical	144	144
Reversão de Acordo Sindical	3	3
Rescisões a Pagar	1	1
	<u>12.818</u>	<u>11.439</u>

Nota 15. Obrigações Fiscais e Tributárias

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
PIS a Recolher	1.451	1.336
COFINS a Recolher	6.714	6.180
IRPJ a Recolher	1.990	1.831
CSLL a Recolher	741	681
IRRF a Recolher	102	81
ICMS a Recolher	1.698	8.084
Outros tributos a Recolher	268	188
	<u>12.964</u>	<u>18.381</u>

Nota 16. Parcelamentos de Tributos

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Passivo Circulante		
Parcelamentos ICMS	6.404	7.448
Parcelamentos FGTS	100	100
REFIS Lei nº 12.996/14	26.727	25.043
Parcelamento PERT	-	491
Parcelamentos DETER	349	349
Parcelamentos INSS	844	754
Parcelamentos Agergs	749	668
Parcelamentos ANTT	800	714
	<u>35.973</u>	<u>35.567</u>
Passivo Não Circulante		
Parcelamentos ICMS	10.140	1.268
	<u>10.140</u>	<u>1.268</u>
Total do Passivo Circulante e Não Circulante	<u>46.113</u>	<u>36.835</u>

No ano-calendário de 2014 a Companhia optou pela desistência do REFIS da Lei nº 11.941/09 e os referidos valores foram incluídos no REFIS da Copa, Lei nº 12.996/14, bem como os demais parcelamentos sociais e tributários que estavam em aberto.



No ano-calendário de 2016 a Companhia foi excluída do parcelamento REFIS da COPA, sendo revertidos as reduções obtidas e registradas à época da consolidação, bem como os saldos devedores foram reclassificados para o passivo circulante.

Adesão ao PERT – Programa Especial de Regularização Tributária

Em 14/11/17 a Companhia aderiu ao PERT – Programa Especial de Regularização Tributária, que foi aprovado pela Medida Provisória nº 783/17, posteriormente convertida na Lei nº 13.496/17, e regulamentado pela Instrução normativa RFB nº 1711/17, tendo optado pela modalidade “3” do regime, que permite que o pagamento seja realizado da seguinte forma:

- Pagamento à vista e em espécie de, no mínimo, 20% (vinte por cento) do valor da dívida consolidada, sem reduções, em 5 (cinco) parcelas mensais e sucessivas, vencíveis de agosto a dezembro de 2017, e o restante liquidado integralmente em janeiro de 2018, em parcela única, com redução de 90% (noventa por cento) dos juros de mora e 50% (cinquenta por cento) das multas de mora, de ofício ou isoladas;

Os efeitos contábeis relativos à redução de juros e multas foram reconhecidos dentro do exercício de 2017. Já os créditos de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social utilizados para quitação do saldo restante devedor dos débitos tributários estão sendo reconhecidos com base na homologação por parte da Receita Federal do Brasil – RFB.

Nota 17. Provisões para Contingências

Conforme o relatório apresentado pelos assessores jurídicos da Companhia, para o mês de dezembro de 2022, existe contingências passivas decorrentes de processos judiciais em andamento, relativos a reclamações cíveis, trabalhistas e fiscais, que foram classificadas como perdas prováveis, compostas da seguinte forma:

<u>Tipo da Ação</u>	<u>Valor</u>
Ações Trabalhistas	2.485
Ações Cíveis	1.239
Ações Fiscais	3.152
Total	<u>6.876</u>

Constam, ainda, contingências cíveis, trabalhistas e fiscais, que foram classificadas como perdas possíveis, representando R\$ 2.695, para as quais não são requeridos os correspondentes registros contábeis como provisões para contingências.



Nota 18. IR e CS Diferido

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Passivo Não Circulante		
IRPJ Passivo Diferido (Ajuste de Avaliação Patrimonial)	529	529
CSLL Passivo Diferido (Ajuste de Avaliação Patrimonial)	190	190
IRPJ Passivo Diferido (Propriedade p/ Investimento)	90.224	64.589
CSLL Passivo Diferido (Propriedade p/ Investimento)	32.481	23.253
	<u>123.424</u>	<u>88.561</u>
Valores Líquidos entre Ativos e Passivos	<u>123.424</u>	<u>88.561</u>

O IR e CS Passivo incidentes sobre a realização do custo atribuído do ativo imobilizado, bem como sobre o reconhecimento do ajuste ao valor justo das propriedades para investimentos são registrados em contrapartida da conta de IR e CS Diferidos, no Resultado do Exercício, representando R\$ 34.863, em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 29.835, em 31 de dezembro de 2021).

Nota 19. Partes Relacionadas

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Partes Relacionadas Ativo		
Reunidas S.A. Transportes Coletivos	1.190	294
Reunidas Transportes S.A.	2.481	165
	<u>3.671</u>	<u>459</u>
Partes Relacionadas Passivo		
Reunidas Cargas	2.380	3.527
	<u>2.380</u>	<u>3.527</u>
Efeito líquido entre Ativo e Passivo	<u>1.291</u>	<u>(3.068)</u>



Nota 20. Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2022 é composto de 3.400.000 (três milhões e quatrocentas mil) ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas por sócios nacionais:

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Capital Social Subscrito	17.097	17.097
	<u>17.097</u>	<u>17.097</u>
	Quantidade de Ações	Participação (%)
Reunidas Transp. Rodoviária de Cargas S.A.	3.400.000	100,00%
	<u>3.400.000</u>	<u>100,00%</u>

Reserva Legal

Calculada nos termos do artigo nº 193, da Lei nº 6.404/76, à razão de 5% (cinco por cento) do Lucro Líquido do Exercício.

Lucros a Disposição dos Acionistas

O saldo restante da conta de Lucros a Disposição dos Acionistas, deduzidos das destinações propostas no exercício, será destinado a Reservas de Lucros a Disposição dos Acionistas, conforme disposto no artigo nº 202, da Lei nº 6.404/76.

Ajustes de Avaliação Patrimonial

Refere-se ao "deemed cost" do Imobilizado, relativo a adoção inicial ao IFRS, líquido do IR e CS Passivo Diferido. Durante o ano de 2022 não existiram movimentações no saldo de ajuste de avaliação patrimonial devido ao fato de que os bens já foram integralmente depreciados.

Nota 21. Receita Operacional Líquida

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
(+) Receita Operacional Bruta		
Receita Transporte de Passageiros Interestadual	10.922	7.691
Receita Transporte de Passageiros Intermunicipal	216	186
Receita Transporte de Cargas	281	193
(-) Deduções		
Devoluções e Abatimentos	(1.081)	(875)
Impostos e Contribuições	(1.220)	(1.054)
	<u>9.118</u>	<u>6.141</u>



Nota 22. Receitas e Despesas Financeiras

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
(+) Receitas Financeiras		
Juros Sobre Capital Próprio	3	145
Descontos Obtidos	10	15
Outras Receitas Financeiras/Deságios RJ	79	1.023
	<u>92</u>	<u>1.183</u>
(-) Despesas Financeiras		
Juros sobre tributos e fornecedores	(4.222)	(1.930)
Descontos Concedidos	(199)	(22)
Despesas Bancárias	(19)	(20)
IOF - Imposto sobre Operações Financeiras	(51)	(52)
Outras Despesas Financeiras	(2)	(1)
	<u>(4.493)</u>	<u>(2.025)</u>

Nota 23. Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos

Em 31 de dezembro de 2022, os valores representam R\$ 103.231 (R\$ 56.347, em 31 de dezembro de 2021) sendo gerados, em sua grande maioria, pelos efeitos das baixas e ajuste ao valor justo sobre os imóveis considerados como Propriedades para Investimentos, conforme demonstrado na movimentação na nota explicativa "10".

Nota 24. Seguros (não auditado)

Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas e são considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo e de responsabilidade civil, a contratação de seguros é efetuada de acordo com o grau dos riscos envolvidos, cuja política é contratar por valores condizentes.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Companhia que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.